

OS SEGMENTOS EXCLUÍDOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA¹.

*NOBREGA, Daniele Cristina Cintra*²

*OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de*³

*RUIZ, Carolina Cristina do Rosário*⁴

*SIQUEIRA, Gabriela Flavia Pereira da Silva*⁵

Resumo: No Brasil tivemos um reavivamento dos movimentos sociais no ano de 2013, que teriam surgido em virtude do reajuste no valor das passagens de ônibus circular. Esse movimento mobilizou diversos segmentos e rapidamente, se espalhou para reivindicações de toda natureza. O que nos interessou, diante de todo esse contexto, foi entender como a população excluída, ou seja, população que não tem acesso a todos os serviços sociais dos quais necessitaria para sobreviver e ter uma vida de qualidade, percebe e compreende esse tipo de organização e mais, como se apropria dessas expressões. Para apreender essa realidade realizamos entrevistas semi-estruturadas com cinco representantes de famílias beneficiárias do Programa

¹ O texto desse artigo representa os resultados obtidos por meio do Projeto de Iniciação Científica intitulado: Déjà vu dos Movimentos Sociais Brasileiros: a concepção dos segmentos excluídos?, aprovado pela Vice-Reitoria de Pós-Graduação da Unip, no ano de 2016.

² Daniele Cristina Cintra Nóbrega é Assistente Social, graduada pela Unip, campus Assis e Pós-Graduada em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, pela Unip, campus Assis, e-mail: danielle.cintra@hotmail.com

³ Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira é Assistente Social, graduada pela UEL, Mestre em Psicologia pela Unesp, campus Assis, atualmente coordenadora do curso de Serviço Social campus Assis e coordenadora da Pós-Graduação em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, e-mail: santiago.dani@yahoo.com.br

⁴ Carolina Cristina do Rosário Ruiz é Assistente Social, graduada pela Unip, campus Assis e Pós-Graduada em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, pela Unip, campus Assis, e-mail: carollina_ruiz@hotmail.com

⁵ Gabriela Flavia Pereira da Silva Siqueira é Assistente Social, graduada pela Unip, campus Assis e Pós-Graduada em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, pela Unip, campus Assis, e-mail: gbriela.flavia@gmail.com

Bolsa Família a fim de identificar qual a perspectiva possuída por essas famílias a respeito dos movimentos sociais e dessa maneira identificar ainda de que maneira essas organizações populares teriam colaborado para a alteração de sua vivência cotidiana. Constatamos assim que os segmentos excluídos de referência para essa pesquisa, também são excluídos a tais formas de expressão, uma vez que grande maioria dos entrevistados mostrou-se alheia aos movimentos sociais organizados no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Exclusão; Bolsa Família; Política Nacional de Assistência Social.

Abstract: In Brazil we had a revival of the social movements in the year 2013, which would have arisen because of the adjustment in the value of the circular passages. This movement mobilized several segments and quickly spread to demands of all kinds. What interested us in this context was to understand how the excluded population, that is, population that does not have access to all the social services that it would need to survive and have a quality life, perceives and understands this type of organization And more, how to appropriate those expressions. In order to understand this reality, we conducted semi-structured interviews with five representatives of beneficiary families of the Bolsa Família Program in order to identify the perspective of these families on social movements and thus to identify in what way these popular organizations would have collaborated for the Change in their daily lives. Thus, we find that excluded segments of reference for this research are also excluded from such forms of expression, since a large majority of respondents have shown themselves to be alien to organized social movements in Brazil.

Keywords: Social Movements. Exclusion. Bolsa Família. National Policy on Social Assistance.

Introdução

É de longa data que a população brasileira busca, por meio de uma série de dispositivos, demonstrar ao Estado e também a sociedade burguesa a situação de precariedade e exclusão social que afeta grande parcela empobrecida. Podemos citar assim, uma série de eventos que demarcam as protoformas iniciais da organização da manifestação popular em nosso país, como a Revolução de Antonio Conselheiro, por exemplo.

Nos últimos anos, no entanto, alguns eventos são extremamente emblemáticos no sentido de demonstrar a organização da população brasileira. Nos referimos aqui do período da década de 1970 em que a população brasileira passou a se organizar contrapondo-se a retração estatal no âmbito das políticas sociais assim

como em relação a repressão política que condicionava, até então, a vida em sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Os resultados dessas e outras manifestações que desenharam o cenário nacional em meados da década de 1970 podem ser expressos em ganhos, ao menos no aspecto legal, no que diz respeito à responsabilização do Estado pelos serviços sociais assim como na ampliação das possibilidades de participação e controle social, dentre as quais a possibilidade de eleição direta.

No decurso dos anos 1990 tivemos outras manifestações populares intensas, e, mais significativa delas foi em decorrência a uma série de denúncias de corrupção e de mau uso do dinheiro público durante o governo Collor, o que, como sabemos acabou resultando até mesmo no *impeachment* desse presidente.

Depois dessa grande manifestação o Brasil assistiu uma espécie de inércia se considerarmos a ocorrência de manifestações de grande porte, e, se resignou apenas a acatar e aceitar o que era posto pelo Estado, além de ser subjugado à condições extremamente precárias que condicionaram e condicionam a vida de grandes parcelas da população brasileira.

O *dèjá vu* acontecido no ano de 2013 despertou um sentimento de grande identificação e comoção nacional, mesmo porque muitas outras manifestações foram surgindo em todo país. Apesar de reivindicações diversas e muitas delas carregadas de agressividade, traziam em seu bojo, a insatisfação da população brasileira em relação aos mais diversos aspectos. Ganharam destaque a questão da saúde e educação pública, segurança, transporte público e outros temas afins. Apesar de aparentemente a calma ter voltado a reinar, vimos colocações contrárias à organização da copa do mundo e comparações com os custos desse evento para um país que sequer consegue operacionalizar uma política social de saúde tal como reza a nossa Constituição.

No entanto, uma manifestação que realmente provoque o Estado brasileiro e que evoque, de fato, mudanças no formato de gerenciamento, por parte desse Estado, dos problemas sociais, demanda que a ótica da reivindicação popular abarque todos os segmentos sociais brasileiros. De sorte que, essa pesquisa tornou-se fundamental à compreensão do futuro e destino dos movimentos sociais

brasileiros. Ou seja, será que toda a população brasileira apreendeu a importância das reivindicações sociais?

Para apreender a questão posta supra, no aspecto operacional realizamos entrevista semi estruturada junto a 05 usuários do programa de transferência de renda do Governo Federal, programa Bolsa Família. Isso porque para ser atendido com tal programa, a pessoa deve experimentar uma situação de vulnerabilidade e de exclusão social, visto que a renda per capita do programa equivale a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. As entrevistas foram realizadas com beneficiários que foram indicados pela Assistência Social do município de Palmital⁶ que indicou, dentre o público atendido pelo Programa Bolsa Família, as informações dos atendidos e que vivenciem situação de maior vulnerabilidade social. A escolha de apenas 05 casos deu-se por considerar que a amostra é significativa dado o objeto que estudamos.

No texto que segue apresentaremos um breve retrospecto dos movimentos sociais presentes no Brasil, e, subsequente a esse texto inicial, indicaremos algumas informações sobre o Programa Bolsa Família, visto que foi desse universo que extraímos os sujeitos dessa pesquisa. Ao final desse manuscrito indicaremos a pesquisa realizada. Delimitamos por realizar a pesquisa sobre o tema uma vez que o Programa Bolsa Família prima pela construção de pessoas autônomas e capazes de fazer a gestão da sua vida. Nesse sentido, a participação popular nos movimentos sociais ou se apropriando de outros espaços participativos também deveria ser construída junto aos beneficiários do referido Programa.

Nossa escolha pelo tema deu-se em virtude de não encontrarmos atualmente estudos que relacionem o Programa Bolsa Família à participação popular. Realizamos uma pesquisa inicial junto ao site Scielo (<http://www.scielo.br>), usando o indicador: “movimentos sociais e programa bolsa família”, porém, não foi identificado nenhum trabalho. Delimitamos por realizar a pesquisa no site em pauta uma vez que o mesmo congrega grande parte da

⁶Palmital é um município de médio porte, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, com uma população estimada em 22.146, segundo dados do IBGE de 2016. Trata-se de um município em que a economia é essencialmente assentada na produção agropecuária. Ainda de acordo com dados do IBGE o município possui IDH equivalente a 0,746, porém o índice de pobreza afeta e condiciona a 21,91% da população residente no local (Fonte: www.ibge.br, acesso: 28 de maio de 2017). O público alvo desse estudo integra esse índice de pobreza, que seriam famílias que não conseguem se alocar no mercado de trabalho e também que não possuem acesso aos serviços sociais mínimos.

produção intelectual da graduação e pós-graduação. Como não identificamos nenhum trabalho que discutisse essa questão, analisamos então a produção vinculada ao indicador: “Movimentos Sociais e Direitos Sociais no Brasil”, apresentada automaticamente pelo site Scielo e resultante dessa pesquisa observamos que há apenas um texto que aborda a questão da participação popular, porém, considerando a realidade da política social de saúde. Também observamos os textos apresentados pelo indicador: “Movimentos sociais no Brasil”, mas foi apresentado apenas um texto, que, discutia genericamente a questão dos movimentos sociais. Em linhas gerais, analisando todos os indicadores relacionados pelo site Scielo observamos que nenhum deles aborda o engajamento e o conhecimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre os movimentos sociais. Melhor dizendo, com base na consulta do site em pauta não identificamos textos que relacionem participação popular, movimentos sociais e beneficiários do Programa Bolsa Família, o que torna o presente estudo extremamente relevante.

A expressão popular no Brasil: um caminho em construção

Iniciamos nossos estudos sobre os movimentos sociais com um breve retrospecto histórico social sobre os principais eventos presenciados no Brasil. Vinculadas a essas colocações faremos também menção a eventos políticos, econômicos e sociais que, em diferentes estágios foram relevantes no estímulo ou na repressão aos movimentos sociais.

Bem (2006) nos coloca que os primeiros movimentos sociais no país estão ligados aos movimentos de insurreições e levantes presentes no início do século XIX, como as expressões de luta de Antonio Conselheiro, por exemplo. Esses movimentos, no entanto, acabam acontecendo de forma desarticulada e pontual, ou seja, não eram expressões que agregavam uma quantidade considerável da população brasileira.

No entanto, na metade do século XIX, o Brasil já tinha trabalho assalariado, e muitas formas de organizações coletivas de trabalhadores. Isso irá mudar a configuração das manifestações populares no Brasil. Na República Velha (1889 - 1930), teremos a constituição, não somente dos operários, mas de toda classe trabalhadora no Brasil. Em 1900, os trabalhadores operários eram de 85 mil, quando

chega o fim da República Velha esse número sobe para 275 mil. Nesse momento de formação da classe trabalhadora, era pequeno o espaço da indústria na economia brasileira. Segundo Montañó e Duriguetto (2012) a indústria era responsável por 5% da população empregada no país em 1872. No ano de 1920 essa população chegou a 13,8%.

A formação da classe trabalhadora nessa época era de operários imigrantes europeus (eles já tinham vivenciado uma experiência de lutas operárias em seus países), e no final do século XIX há uma grande influência desses operários junto aos trabalhadores brasileiros em suas organizações e formas de lutas. O governo percebendo essas influências nos trabalhadores brasileiros criou leis de repressão a esses imigrantes que segundo o Estado comprometiam a “segurança nacional”. A repressão era contra os líderes sindicais principalmente os estrangeiros, e mesmo assim nessa época houve uma organização muito grande de trabalhadores resultando em muitas greves iniciadas no começo do século e até o ano de 1920.

Essas lutas eram por melhores condições de trabalho e da vida da classe trabalhadora, que tinham a jornada de trabalho muito extensa, sem descanso semanal remunerado, aposentadoria, licença para tratamento de saúde, férias, salário mínimo, e sofriam ainda com a precarização de moradia e com salários baixos. Ou seja, inexistiam direitos sociais. Com os baixos salários, os trabalhadores não possuíam condições de sobreviver e em 1910 a idade média de vida dos trabalhadores era de 19 anos.

Segundo os autores citados as bandeiras do anarcossindicalismo e a influência da Revolução Russa junto operariado induziram um grupo de sindicalismo a fundar, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo tornado ilegal meses após a sua fundação. O partido seguia as diretrizes políticas da III Internacional, e seus principais focos de atuação, nos primeiros anos, foram o movimento sindical. O PCB ainda buscava a divulgação do marxismo e do leninismo, pois visava formular uma linha política que compreendesse e orientasse a Revolução Brasileira. Dentre as publicações da imprensa comunista destaca-se a primeira tradução do Manifesto Comunista no Brasil e o jornal A Classe Operária.

Frente à ação dos comunistas e dos anarquistas, o Estado investiu na associação e no controle de setores do operariado por meio dos sindicatos, que passaram a ser mais beneficiados. A partir da década de 1920, é regulamentada uma simples legislação trabalhista que abrangia os setores centrais da economia agroexportadora: ferroviária, marítimos e portuários, seja controlando-os, finalidade pela qual foi criado, já em 1921, o Conselho Nacional do Trabalho. Dessa forma, como nos colocam Bem (2006) e Miranda; Castilho; Cardoso (2009), o governo foi cooptando os movimentos dos operários por meio da regulamentação de suas expressões através dos sindicatos.

Com a criação do Ministério do Trabalho em 1930 é que se estabiliza o controle do movimento operário, que passa a aliar os sindicatos no aparelho estatal e a estabelecer uma política que os definia como órgão de auxílio com o Estado. Um forte limite deste controle e dessa política de acordo foi à criação da Lei Sindicalização de 1931. Essa lei constituía o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicais, concedia aos delegados do Ministério o direito de participar de assembléias, proibia atividades políticas dentro dos sindicatos, negava direitos de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi uma das táticas, segundo Bem (2006) para obter união voluntária dos sindicatos ao Estado. O autor nos coloca que a concessão dos benefícios nas novas leis trabalhistas foi condicionada a vinculação dos trabalhadores aos sindicatos. E, dessa forma, tentava-se desarticular sindicatos mais combativos, uma vez que para acesso aos benefícios era necessário atender ao que era posto pelo Estado.

No entanto, além da coerção exercida por meio da cooptação, o Estado também adotou técnicas repressivas, sobretudo a partir de 1930. O Estado de Vargas atacou violentamente Aliança Nacional Libertadora (ANT), que a direita chamava de “Intentona Comunista”. Durante esse governo foi decretada a Lei de Segurança Nacional, onde muitos líderes de sindicatos e operários foram presos, torturados, muitos deportados ou até mesmo mortos, como a Olga, companheira de Luís Carlos Prestes, um dos nomes mais significativo da Aliança Nacional Libertadora (ANT), ela foi exportada para o campo nazista, “[...] até 1937, foram

trancados nas prisões brasileiras aproximadamente vinte mil presos políticos (MONTAÑO; DURIGETTO, 2012, p. 237). O Estado fechou sindicatos autônomos e foi formado o Estado Novo (1937 - 1945) e reforçou a repressão, o controle de dirigentes sindicais e trabalhadores que lutavam. A forte repressão e a proibição às lutas dos trabalhadores e também aos sindicatos autônomos, aos direitos trabalhistas que eram conquistados, como os sindicatos oficiais cresceram muito e tornaram as organizações sindicais espaço não de lutas, mas de organizações que buscavam favores e recursos junto à burocracia estatal.

Com o fim do Estado Novo, os trabalhadores deram sequência às lutas por maior salário e liberdade de organização sindical. Conquistaram a anistia de presos políticos, e, alguns direitos trabalhistas. No entanto, em 1950 Vargas retorna ao poder, e nesse momento o militar faz um discurso voltado para a grande massa de trabalhadores, desarticulando assim essas organizações. No entanto, nesse período poucas ações foram desenvolvidas em prol dos direitos da classe trabalhadora e houve uma grande mobilização dos trabalhadores, resultando em muitas greves, sobretudo no período de 1951 a 1953 (MONTAÑO; DURIGETTO, 2012).

Os movimentos sociais brasileiros, só tiveram reconhecimento em meados de 1960, quando apareceram os primeiros movimentos de luta contra a política vigente, ou seja, a população descontente com as transformações ocorridas tanto no campo econômico e social. No entanto, Bem(2006) nos coloca que esses movimentos sociais tem origem, em grande medida, sob influência do movimento operário. Nesse contexto o Estado usou de grande repressão para conter essas manifestações.

O Brasil nesse contexto vivenciava as transformações geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o processo de industrialização e urbanização tem causado grandes transtornos à população brasileira. No momento de industrialização no Brasil, provocou várias mudanças na sociedade, ou seja, criou-se uma série de expectativas na população, que sempre trabalhou para ter uma vida melhor. A industrialização provocou um grande abandono do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, migraram em busca de emprego nos grandes centros. Com a vinda da população rural para os grandes

centros, provocaram um crescimento desordenado das cidades, o aparecimento do trabalho assalariado e o desemprego, são alguns destes problemas.

Em consequência surgem os primeiros movimentos sociais, que agora, representam os desejos de toda uma sociedade, e não apenas a necessidade de um segmento. Temos assim o fortalecimento e abertura dos movimentos sociais existentes, expressos em vários segmentos como: movimento estudantil, feminista, dos negros, homossexual, etc., que reivindicavam os mais diferentes propósitos. Um dos movimentos mais significativos da década de 1960 foi o movimento estudantil, que no Brasil adquiriu grande importância pois esse movimento representava não somente os estudantes, mais toda a sociedade brasileira, que sofria as consequências do processo repressivo da ditadura militar e da dificuldade salarial que se implantava no país, especialmente às classes populares. Segundo Gohn (2003), o movimento estudantil ganhou importância por ser, naquele momento, um espaço físico e político-social privilegiado de lutas. Tanto nacional e internacional, os estudantes surgiam como novo ator histórico das lutas sociais em aliança com o operário e o rural.

A partir da década de 1970, é que esses movimentos sociais encontram possibilidade maior de expressão. Como representativa dessa mudança, temos o surgimento de movimentos que representam as minorias, como, por exemplo, o Movimento Feminista. O Movimento Feminista lutou pelos direitos das Mulheres, mas evocou também questões trabalhistas presentes no universo das mulheres trabalhadoras. Juntamente com essas expressões, em 1970 temos o início do processo de distensão política, uma vez que a população passa a lutar também requerendo mudanças políticas e a melhoria da qualidade de vida. Vale lembrar que os novos movimentos sociais, não estão ligados ao mesmo tipo de carência, existem muitos outros fatores como identidade, autonomia e emancipação, que se juntam dando mais força a estas lutas que estão cada vez mais articuladas com as igrejas, que se mostram mais sensibilizadas com a população, que se juntam aos movimentos, pois, muitos acabam encontrando força com o apoio da igreja.

A sociedade se reorganizou e o regime militar começou a perder sua força. Os movimentos sindicalistas se firmaram e as centrais sindicais apresentaram força, apoiando outros movimentos como o dos negros, das mulheres, dos homossexuais

e outras minorias, pela obtenção da sobrevivência nos meios urbanos. O fim desse regime no contexto dos anos 1980 mostrou-se essencial para que fossem constituídas novas formas de expressão e de participação popular.

Segundo Ghon (2003) nos anos 1980, a relação educação e movimentos sociais se acentuam por meio de trabalhos de educação popular, lutas pelas Diretas Já, e organização de propostas para a Constituinte e a Constituição propriamente dita. A década de 1980 foi sacudida pela vontade de redemocratização do país, pelo poder de participação popular, pelo desejo de construir uma nova sociedade a partir de interesses imediatos dos indivíduos e dos grupos. Era um novo tempo para a questão da cidadania, e o momento político do Brasil favoreceu a idéia de novos questionamentos e lutas em favor dos direitos. Foi um período das experiências político-sociais, e culturais, mas considerada a década perdida em termos econômicos. A luta das Diretas-Já, a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular e a promulgação da Nova Constituição foram resultados desse processo.

De acordo com Ghon (2003) na década de 1990 houve mudanças significativas nos movimentos sociais e redefiniram o campo de atuação. Houve um enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos, mas não seu desaparecimento. O cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical e tivemos um enfraquecimento dessas expressões. Por outro lado, Bem (2006) nos indica que a partir de 1990, ocorreu o aparecimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns formaram a prática de encontros nacionais muito grandes, gerando grandes análises dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Surgiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos.

À medida que as políticas neoliberais progrediram, outros movimentos sociais foram surgindo: contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de

desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário, por exemplo, apareceram os transportes alternativos (“perueiros”); no sistema de transportes de cargas pesadas nas estradas, os “caminhoneiros”. Alguns desses grupos surgiram como respostas à crise socioeconômica, agindo mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Os atos e manifestações pela paz, contra a violência urbana, também são exemplos dessa categoria. Antes a paz era um contraponto à guerra, hoje ela é uma necessidade ao cidadão comum, em seu dia-a-dia, principalmente nas ruas, onde motoristas são vítimas de assaltos relâmpagos, sequestros e assassinatos (GOHN, 2003, p. 21).

Apesar de certa inércia no que diz respeito aos movimentos sociais mais expressivos, nos anos 1990 surgiram outras formas de reivindicação. Os movimentos de Mulheres foram organizados nesse período em função de sua atuação na política, na luta contra a discriminação. O movimento dos homoafetivos também ganhou impulso nas ruas, organizando passeatas, atos de protestos e grandes marchas anuais. Ocorreu ainda uma mudança com o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, um movimento que busca a construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Segundo a autora, os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo rap, hip hop etc.

Em 2013 a onda de protesto que se formou no Brasil, expressa uma reação de caráter público onde os manifestantes se organizam com o objetivo de terem suas opiniões ouvidas em uma tentativa de influenciar a política de governo.

Quando as tarifas aumentam, evidenciam-se contradições que afetam a todos, não somente os estudantes [...]. A luta por transporte tem a dimensão da cidade e não desta ou daquela categoria. [...] A organização descentralizada da luta é um ensaio para outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p.97).

A onda de protestos no Brasil foi desencadeada quando os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro decidiram aumentar a passagem de ônibus em R\$ 0,20. A população logo se uniu e tomou as ruas para protestar contra o aumento. Mas essas manifestações não estão ligadas ao valor da passagem, que passaria para R\$ 3,20, mas sim com o transporte e os serviços públicos caóticos do país.

A maior parte do movimento teve início pacífico, já que cidadãos brasileiros foram para as ruas a fim de apoiarem o movimento. A população passou a questionar como um país gasta tanto com uma Copa do Mundo e não têm boas escolas, ou hospitais de qualidade. As manifestações tomaram as ruas das principais capitais e repercutiram também no exterior. Os últimos protestos foram articulados via internet, redes sociais, sendo assim um elemento novo, que revela novas formas tecnológicas de organização contemporânea.

Todo avanço de melhoria dos direitos é fundamental principalmente àqueles que pertencem à classe trabalhadora e depende dos serviços sociais do Estado para sobreviver, ou seja, uma melhora qualidade dos serviços públicos deve passar pela pauta de qualquer movimento. É preciso resistência ao excesso que o capital comete diariamente contra os trabalhadores. Reivindicações como o aumento do salário mínimo, redução da jornada de trabalho e melhorias na condição de vida para a classe trabalhadora nunca devem sair da pauta dos manifestantes. São lutas que vão existir enquanto houver desigualdade e vivermos sob a proteção do capital.

Os problemas sociais provocados pelo capital só serão superados quando o próprio sistema for superado, e junto com ele todas as mazelas e desigualdades decorrentes de uma sociedade que usa a exploração do trabalhador assalariado para satisfazer outra classe (burguesa). No item subsequente conheceremos algumas informações a respeito do Programa Bolsa Família, do qual extraímos os sujeitos participantes de nossa pesquisa.

E por que Bolsa Família?

Por que Bolsa Família? Pelo fato de tratar-se do maior programa de transferência de renda da América Latina e sobretudo por se tratar de um programa em que, para ser beneficiário, é necessário possuir renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo por mês, ou seja, em tese, vinculado a esse Programa, estão os segmentos excluídos, os mais empobrecidos de nossa sociedade. Portanto, pelos critérios postos por esse Programa, os sujeitos entrevistados são, essencialmente, pertencentes a famílias extremamente pobres.

De acordo com Santana (2007) a primeira experiência em nível nacional de instituição de um programa de transferência de renda foi o Programa Bolsa Escola,

criado em 1996. Desde 2003 todos os programas remanescentes do PBF foram extintos, o programa foi criado a partir de quatro programas de transferência de renda que existiam no governo Fernando Henrique Cardoso (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação). A partir de então começou o processo de imigração dos beneficiários dos velhos programas de transferência de renda, para o novo programa chamado de Programa Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda do Brasil. Ele beneficia famílias e pessoas sozinhas que recebam até R\$152,00 reais mensais (*per capita*). Conforme o MDS (2015), não há mais concessões de benefícios de programas remanescentes desde outubro de 2003, quando foi criado o Programa Bolsa Família, pela Lei nº. 10.836/2003.

Segundo Santana (2007), antes da unificação havia os seguintes benefícios: auxílio gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação.

O Auxílio Gás foi criado em 2001 pelo Governo Federal, e era administrado pelo Ministério de Minas e Energia. Consistia no valor de R\$15,00 a cada dois meses, para cada família com renda de até meio salário mínimo, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás, sendo que as famílias assistidas com o auxílio gás eram famílias que já eram atendidas pelo Bolsa Escola, (do Ministério da Educação) e o Bolsa-Alimentação (do Ministério da Saúde). Já o Bolsa Escola, criado em 2001, dirigido pelo Ministério da Educação (MEC), foi um programa de transferência de renda que atendia famílias com crianças entre 7 e 15 anos, com renda mensal *per capita* de até R\$90,00, para a conservação de crianças na escola. Para receber o benefício era exigido frequência na escola de no mínimo 85%. Cada família tinha o direito de receber até 3 benefícios, mas em contrapartida vinha a condicionalidade que era a frequência à escola de crianças e adolescentes (SANTANA, 2007).

O Bolsa Alimentação, também criado em 2001 pelo Ministério da Saúde incidia em condições melhores de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças ente 0 e 6 anos de idade, sendo também atendidas famílias com renda mensal *per capita* de até R\$90,00. Em consequência, a família cadastrada no Programa tinha o compromisso de cumprir as condicionalidades com a saúde que visa à participação de ações básicas de saúde como exames pré-natal, vacinação, acompanhamento do

crescimento, estímulo ao aleitamento materno e atividades educativas em saúde. O valor do benefício Bolsa Alimentação era de R\$15,00 por criança, e podia ser concebido para até 3 integrantes da família, ou seja a família com mais integrantes poderia receber até R\$45,00.

O Cartão Alimentação, criado em 2003 foi instituído pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 (BRASIL, 2003) e atendia a famílias ou pessoas com insegurança alimentar, com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, e cada família teria o direito apenas a um benefício no valor mensal de R\$50,00, sendo que o benefício poderia durar até um ano e meio, sendo reavaliado semestralmente.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi constituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa com condicionalidades que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres e por isso situa-se no campo da Estratégia Fome Zero, que foi lançada em 2003. É um programa do Governo Federal, que visa garantir o direito a uma alimentação saudável e adequada da população Brasileira (SANTANA, 2007).

O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil sem Miséria, e tem como objetivo elevar a renda da população brasileira e consequentemente as condições de bem-estar de cada família, e será destinado a brasileiros que cuja renda *per capita* é inferior a R\$77,00 (setenta e sete reais). Conforme o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) encontram-se nesta condição 16,2 milhões de brasileiros. A ampliação e a qualidade dos serviços públicos trazidos às pessoas em condição de extrema pobreza orientam o Brasil Sem Miséria, que garante renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Figura ainda como objetivo do referido programa o desenvolvimento de ações que estejam voltadas ao empoderamento dos atendidos, tanto na suficiência econômica quanto na introdução de práticas que favoreçam o seu protagonismo social. Na sequência veremos se isso se tornou possível ao menos no que diz respeito à expressão popular desse segmento, por meio da exposição de nossa pesquisa.

Os segmentos excluídos e a participação popular: de que protagonismo estamos falando?

Neste item final vamos expor e analisar os dados da pesquisa, coletados para se obter o entendimento de cada sujeito participante sobre movimentos sociais que aconteceram a partir de 2013, e outros que ocorreram desde então. De tal forma, partindo das expressões populares que tiveram início no ano de 2013, abordamos a discussão acerca dos movimentos sociais e outras formas de expressão popular que sejam conhecidas pelos sujeitos da pesquisa.

Porém, antes de iniciar essa discussão, desejamos destacar sob quais passos metodológicos foi desenvolvida a presente pesquisa. Assim, a realização de uma pesquisa depende essencialmente de fundamentação teórica sobre o assunto em questão. Portanto, a primeira etapa de realização dessa pesquisa foi orientada para entender o desenvolvimento histórico-social dos movimentos sociais no Brasil.

Além disso, cabe destacar ainda que propusemos e realizamos uma pesquisa que esteve centrada na construção de conceitos, de valores, sobre determinados aspectos, e assim a mesma é compreendida enquanto um estudo de natureza qualitativa, haja visto que não recorremos a dados quantitativos, mas sim a dados qualitativos, alcançados por meio do entendimento gerado sobre os movimentos sociais, partindo da pesquisa de campo.

No aspecto operacional realizamos entrevista junto a 05 usuários do programa de transferência de renda do Governo Federal, programa Bolsa Família. Isso porque para ser atendido com tal programa, a pessoa deve vivenciar situação de vulnerabilidade e de exclusão social, posta pelo critério de renda e que equivale a renda máxima de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, *per capita*. As entrevistas foram realizadas seguindo a indicação da Secretaria de Assistência Social do município de Palmital que indicou as informações dos atendidos que vivenciam situação de maior vulnerabilidade social. Tal solicitação deveu-se ao fato de que essa Secretaria, no Município em que a pesquisa foi realizada, assumir a responsabilidade pela gestão do Programa Bolsa Família. A escolha de apenas 05 casos deu-se por considerar que a amostra é significativa dada o objeto que pretendemos estudar.

Junto aos casos a serem entrevistados delimitou-se por organizar a pesquisa seguindo os eixos: - Conhecimento da pessoa entrevistada sobre os movimentos

sociais que aconteceram no ano de 2013 no Brasil; Como entende as organizações e movimentos populares de reivindicação e Participação em alguma organização política ou deliberativa; - Grau de escolaridade, ocupação e demais informações dos entrevistados e informações sobre o Programa Bolsa Família.

Delimitamos como referência a utilização das seguintes questões: 1 – Dados de identificação:- Idade, Escolaridade, Renda, Bairro de Residência, Composição Familiar e Ocupação Laboral; 2 – Informações sobre os benefícios recebidos:- Benefícios recebidos e há quanto tempo recebe o Programa Bolsa Família; 3- Você deve lembrar-se dos movimentos sociais que abalaram São Paulo no ano de 2013. O que você “acha” sobre essas manifestações?; Teve conhecimento de alguma manifestação no interior? Qual?; Participou de alguma movimentação ou integra algum partido político, associação de moradores de bairro? E as pressões populares em São Paulo trouxeram alguma melhoria para a sua vida?. O entrevistado também poderia expor informações complementares, caso desejasse.

A entrevista só foi aplicada após a aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas. A análise foi organizada de acordo com os aspectos: informações gerais sobre os participantes e sobre o benefício Bolsa Família; entendimento possuído pelo entrevistado a respeito dos movimentos sociais e inserção do mesmo em dispositivos que facilitem a participação popular.

Em relação ao gênero dos entrevistados cabe destacar que todos são do gênero feminino. De acordo com informações indicadas pela Secretaria de Assistência Social que nos forneceu os dados para a entrevista, todos os sujeitos entrevistados eram mulheres. Aliás, segundo informações obtidas junto a tal Secretaria, 99% dos cadastros para acesso ao benefício, em 2015 e 2016 eram feitos no nome das mulheres.

Observamos ainda que a idade das mulheres oscila entre 19 anos a 35 anos. Já em relação à escolaridade, constatamos que duas das entrevistadas freqüentaram até a 4ª série ensino fundamental, uma freqüentou até a 5ª série, apenas uma entrevistada freqüentou até a 8ª série do ensino fundamental, e uma das mulheres concluiu o ensino médio. Ao serem questionadas a respeito da escolaridade, no

entanto, indicaram mais do que até que ano escolar cursaram. A título de exemplo, observamos a indicação das entrevistadas:

Entrevistada A: Eu estudei até o 3º Ano. Meu pai não deixava.

Entrevistada B: Eu estudei até o 4º Ano. Fui estudar depois de véia. Não estudei na época certa porque eu tinha que ajudar meu pai

Entrevistada C: Eu estudei até o 5º Ano. Depois não voltei mais porque tinha que trabaia. Difícil arruma alguma coisa quando a gente não estuda.

Entrevistada D: Eu fui até o 8º Ano. Queria ter ido mais mas sabe né?A gente tem que comer né...e tem os fios né...Não dá...

Entrevistada E: Eu estudei até o ensino médio.

Ou seja, podemos observar, aqui, a primeira exclusão, ou seja, a exclusão do acesso à educação, já que a maioria das entrevistadas não conseguiu sequer concluir o ensino médio. Cabe destacar ainda que dentre as entrevistadas, a que possui ensino médio, a nosso ver, foi umas das que apresentou mais facilidade em discutir os temas propostos. Dessa maneira podemos concluir que há uma relação entre o ensino, grau de escolaridade e o entendimento que as pessoas possuem sobre os movimentos sociais. Assim, podemos inferir que a exclusão do acesso a níveis mais elevados de ensino provoca outras exclusões, como a de entendimento dos fenômenos que regem a vida em sociedade. Não podemos dizer que essa é uma realidade de toda a sociedade, mas, nesse caso acreditamos que isso tenha sido influente na falta de conhecimento das mulheres sobre os movimentos sociais.

No que diz respeito à renda, conforme declararam as entrevistadas constatamos que está assim distribuída: 1ª entrevistada tem a renda mensal no valor R\$50,00, 2ª entrevistada tem a renda mensal no valor R\$400,00, 3ª tem a renda mensal no valor R\$729,00, 4ª entrevista não tem renda mensal, 5ª entrevista tem renda mensal no valor R\$350,00. Dessa maneira, vimos também que essas mulheres possuem baixa renda e, por conseguinte tem dificuldade em manter as necessidades básicas da família. Como essas pessoas acabam direcionando sua atenção pela busca da sobrevivência, pode ser que o cotidiano vivenciado acabe orientando sua atenção para outros aspectos além das manifestações populares. Paoli (1991) nos coloca que a partir de 1990 observamos que os movimentos sociais no Brasil são enfraquecidos. Segundo o autor isso aconteceria em decorrência de que os vínculos de pertencimento são enfraquecidos uma vez que a precarização da vida orienta as

pessoas a procurarem alternativas para a sua sobrevivência. Portanto, diante das necessidades emergentes, temos o surgimento de uma perspectiva “individualista” ao passo que cada um deseja contemplar as suas necessidades e não busca mais a junção coletiva.

A questão da renda nos remete a ocupação e, quanto a isso observamos como ocupação das mulheres a grande maioria trabalha como empregada doméstica. A ocupação laboral das entrevistadas está distribuída desta maneira: entrevistada A trabalha uma vez na semana como diarista, entrevistada B trabalha duas vezes na semana como diarista, entrevistada C trabalha 45 horas semanais de empregada doméstica, entrevistada D é dona de casa, e entrevistada E trabalha como diarista. Ou seja, nenhuma delas possui um emprego estável e como são diaristas, também não possuem os direitos trabalhistas garantidos. Ou na fala das mulheres:

Entrevistada A: Eu trabaio uma vez na semana. Eu queria mais dia mas num acho. Duro né, queria nem que fosse pá passa roupa sabe. Aqui tá ruim demais de serviço.

Entrevistada B: Eu to na diária em casa de família. Faço tudo. Vou dois dias na semana. Queria encher a semana mas não acho casa. A que eu to paga certinho mas é pouco para as coisas daqui de casa.

Entrevistada C: Eu trabalho todo dia. Ganho só o salário e não tem registro.

Entrevistada D: Eu não consigo trabalhar por causa do nenê. Mas já trabaieei como diarista um tempão.

Entrevistada E: Eu vou duas vezes numa casa para a faxina e uma vez eu passo roupa.

Dessa forma, as falas nos apresentam e permitem uma série de conexões, dentre as quais: as mulheres estão vinculadas às profissões que historicamente estão vinculadas ao gênero feminino e que possuem baixa remuneração. Em tese, Iamamoto (2001) nos coloca, temos a partir de 1970 uma mudança no mercado de trabalho e nesse sentido, apesar de termos ampliação nos postos de trabalho, as mulheres ainda permanecem com salários inferiores ao dos homens. Aliás, a autora ainda indica que nesse período cresce o trabalho precarizado, sem a garantia de direitos trabalhistas, e, a autora nos aponta que essa realidade ainda é presente na contemporaneidade. Por conseguinte, as entrevistas acima, melhor dizendo, as respostas acima apenas representam o resultado dos dispositivos usados pelo

sistema capitalista visando à ampliação do lucro. Dispositivos esses que estão assentados na redução dos direitos trabalhistas, além dos salários.

Ainda desejamos indicar que a fala das entrevistadas nos indica o quão semelhante são suas vivências, mas isso não se tornou motivador para que pudessem se unir em prol do bem de todas. No caso, vemos que a exclusão social que vivenciam é comum e se expressa na dificuldade de acesso à educação, à alimentação e aos demais serviços sociais básicos, mas, isso não fez que essas mulheres adotassem posturas combativas, muito possivelmente porque não foram instigadas a fazê-lo. Paoli (1991) entende que esse suposto desinteresse em lutar conjuntamente também vem do falso entendimento que reina na sociedade que os problemas comuns nunca serão sanados. É como se existisse um fatalismo, como se todas as situações estivessem postas e nada pudesse ser feito para alterar essa situação. Por conseguinte, as mulheres não se identificam enquanto iguais, pertencentes a um mesmo grupo e não buscam alcançar soluções para problemas que são comuns.

Em relação ao bairro de residência das mulheres entrevistadas, a questão foi constituída para que pudéssemos identificar a região de procedência das mesmas. Constatamos que as mulheres provinham do centro em apenas um caso, as demais residiam no um bairro residencial denominado no contexto da pesquisa de CDHU (duas mulheres) e em bairros periféricos (duas mulheres). De forma geral, todas residem em regiões de grande vulnerabilidade social, incluindo a que reside no centro da cidade. No sentido posto são residências que estão localizadas em áreas em que é dificultado o acesso a serviços básicos como Saúde, Educação e mesmo Assistência Social. A grande vulnerabilidade instalada no município impede a atenção de todos os segmentos que necessitam. A título de exemplo podemos indicar o que fora narrado por uma das entrevistadas em que a mesma aguardou por mais de um ano o agendamento de uma consulta com neuropediatra para um de seus filhos. Além disso, a região em que residem não possui nenhuma fábrica, indústria ou qualquer local que possibilite as mesmas alçarem outra inserção laboral. Há ainda quatro mulheres que residem em área não asfaltada e sem tratamento de esgoto, ou seja, estão em regiões precárias. Não querendo ser redundante, mas, mais

uma vez, vemos que as condições de vida são extremamente semelhantes, o que não garante, entretanto, a junção das mulheres em prol de um bem comum.

A composição das residências também deflagra a exclusão a que estão submetidas. Dentre as cinco entrevistadas, apenas uma reside em casa de alvenaria em situação básica de moradia, as outras quatro residem em casas pequenas de no máximo três cômodos, e de madeira. Todas as casas possuem contra piso de concreto na parte interna, e, na parte externa não tem piso e nem revestimento de concreto, ou seja, a parte externa é chão batido. Assim, a renda que alcançam pelas funções desempenhadas como diaristas não permite que tais mulheres possam adequar ou melhorar as suas residências. Aliás, a renda recebida mostra-se insuficiente para atender mesmo as necessidades básicas.

E, no que diz respeito à composição familiar observamos que as famílias são compostas por grupos entre 03 e 09 membros, estando assim distribuídas: 1ª entrevistada possui um grupo familiar composto por 5 pessoas; 2ª entrevistada o grupo familiar se compõe por 7 pessoas; 3ª entrevistada o grupo familiar se compõe por 6 pessoas, 4ª entrevistada o grupo familiar se compõe em 3 pessoas e 5ª entrevistada o grupo familiar se compõe em 9 pessoas. Ou seja, em sua maioria, no caso em 80% das entrevistadas, possuem famílias numerosas e são as únicas responsáveis por seus dependentes.

São famílias que expressam os novos arranjos familiares, uma vez que na maioria dos casos são chefiadas por mulheres. A família monoparental, de acordo com Correia (2008), é constituída por um só cônjuge e seus filhos, os quais podem ter diversas idades. Nesse sentido, a família, após a Constituição de 1988 (2003), é considerada uma entidade reconhecida e protegida pelo Estado que pode ser composta por apenas por uma pessoa adulta responsável pelos cuidados e formação de outra pessoa e não mais o formato convencional de pai, mãe e filhos.

Em relação aos benefícios sociais, conforme entrevista, observamos que todas as entrevistadas recebem o Benefício Bolsa Família. Quatro das entrevistadas recebem os benefícios estaduais: Renda Cidadã e Ação Jovem. Uma das entrevistadas recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) referente ao filho que possui deficiência, conforme disposto pela LOAS. Todas as entrevistadas recebem também cesta básica da Secretaria de Assistência Social do Município, ou

seja, praticamente todos os meses precisam recorrer a esse órgão para ter o complemento em sua alimentação.

De forma que há muito mais semelhanças do que divergências entre as entrevistadas e com certeza essa não é uma realidade específica das entrevistadas do município de Palmital, mas sim uma realidade que atravessa todo esse segmento excluído da sociedade brasileira. O Programa Bolsa Família, através das ações complementares, visando a construção da autonomia das beneficiárias, poderia estimulá-las no sentido da maior organização e participação política.

No que diz respeito ao tempo de recebimento da Bolsa Família observamos nas entrevistas que há uma diversidade de periodicidade já que a entrevistada A recebia há 12 anos; a entrevistada B recebia há 8 anos; a entrevistada C recebia há 6 anos; a entrevista D recebia o benefício há 4 anos e a entrevistada E recebia o benefício há 2 anos. Os benefícios eventuais como cesta básica também são fornecidos às mulheres há mais de 10 anos. Os benefícios Renda Cidadã e Ação Jovem são fornecidos, para as cinco mulheres há cerca de um ano. Assim, vemos que os benefícios são concedidos há muitos anos. De tal forma, isso nos conduz a pensar que o Bolsa Família não tem funcionado como um dispositivo de autonomia e de emancipação, visto que as famílias ainda dependem de concessões pontuais e de outros benefícios sociais para atender às necessidades mínimas.

Cabe ainda destacar que no contexto de agendar a entrevista foi comum as mulheres perguntarem se o benefício seria cortado, por conta do receio de ficar sem o benefício. No caso em pauta, algumas mulheres falavam pouco e davam respostas curtas à pesquisa, possivelmente por medo de ser uma entrevista que poderia prejudicar o acesso ao benefício.

Em relação aos movimentos sociais as entrevistadas destacaram que tiveram conhecimento das manifestações. No que diz respeito à participação popular, as entrevistadas indicaram que não participaram em 2013 e nunca em nenhuma organização popular, nem mesmo em associações de bairro ou associações escolares como a associação de pais e mestres. A Constituição Federal de 1988 classificou o Brasil como um Estado Democrático de Direito, elegendo a democracia como um dos pilares desse novo modelo de Estado, distinguindo-se dos demais (liberal e social) justamente por prever a participação popular nos atos

decisivos no exercício do poder. No entanto, nosso exemplo demonstra que o hábito da participação, mesmo que em pequenas instâncias ainda não foi construído, sendo que as pessoas que pertencem a um determinado segmento social acabam sendo excluídas dos processos decisórios. Vemos que essa ótica se faz latente por meio da descentralização e da instituição de conselhos, associações e partidos políticos que passam a estar mais próximos da população, mas, mesmo assim, ainda permanecem distantes do acesso da população.

E por fim no que diz respeito às pressões populares em São Paulo no ano de 2013, quatro entrevistadas referiram ter ciência dos fatos, sendo que souberam das situações de pressão popular, pela mídia. Somente uma das entrevistadas disse que não teve conhecimento dos fatos e que não se recordava. Aos serem questionadas acerca das manifestações, em geral, e tomando como referência as expressões ocorridas em São Paulo, relataram:

Entrevistada A: achei bom o povo sair pelas ruas e lutar pelos seus direitos.

Entrevistada B: lembro sim, achei interessante, todo mundo se juntar para poder conseguir o que queria.

Entrevistada C: lembro, mais não me recordo.

Entrevistada E: eu acho que é um direito de todos reivindicar melhorias na saúde, transporte, é um direito que a gente tem para se manifestar, mas nem sempre é ouvido.

Ou seja, a maioria verbalizou lembrar dos fatos de reivindicação popular do ano de 2013, e subsequente, compreender esse tipo de expressão como necessária. Observamos que a frase: “eu acho que é um direito de todos reivindicar melhorias na saúde, transporte, é um direito que a gente tem para se manifestar, mas nem sempre é ouvido”, representa um grande grau de consciência acerca da importância dessas manifestações na efetivação dos direitos sociais e na minimização das desigualdades sociais. As demais falas também salientam em grande parte o entendimento dos movimentos sociais como dispositivo de mudança no *status quo* posto socialmente.

Já em relação à questão: “Teve conhecimento de alguma manifestação no interior? Qual?”, quatro entrevistadas destacaram que tiveram ciência de uma organização em um município vizinho, de maior porte, por influência de alunos de

uma universidade. Uma entrevistada referiu desconhecer qualquer manifestação na região de sua residência. Ou seja, a nosso ver, no contexto estudado, observamos ainda que as manifestações de 2013 e subsequentes não envolveram o interior paulista, acabaram tornando-se expressões resignadas à capital. Isso, no entanto, não desqualifica a importância das mesmas, mas, poderiam ter se tornado mais efetivas se envolvessem toda a população. Dessa maneira, para a população pobre, que reside distante dos grandes centros urbanos, fica quase impossível participar dessas formas de expressão popular. Ou como nos disse a entrevistada E: “Eu tive sim, de uma cidade aqui eu soube sim, mas ir não tive como...nem pensei nisso”. Muito possivelmente porque a dinâmica cotidiana acaba vedando essa possibilidade de participação em manifestações.

Já a questão: “Participou de alguma movimentação ou integra algum partido político, associação de moradores de bairro?”, nos indicou que nenhuma das mulheres participou de movimentos populares, ou de qualquer instância de participação popular. As respostas conferidas a essa questão foram as seguintes:

Entrevistada A: Não, odeio política.

Entrevistada B: Não, eu não gosto dessas coisas .

Entrevistada C: Não. Não dá tempo disso não.

Entrevistada D: Não, nunca.

Entrevistada E: Não eu não participo não.

De tal forma, vemos que a divisão de poder passa pela apropriação de pequenas instâncias como os movimentos sociais, os partidos políticos e mesmo as associações de bairro. Quando essas possibilidades não são devidamente apropriadas pelas pessoas perdemos a possibilidade da construção de uma sociedade mais participativa, sendo que a participação acaba sendo esgotada no direito de voto da população. Paoli (1991) chama a atenção para o fato de que essa seria uma forma de cidadania regulada uma vez que essas expressões de participação são mediadas pelo Estado, no entanto, são espaços que podem ser apropriados pelos segmentos excluídos visando fazer com que sua voz seja ouvida pelo Estado.

E, por fim, em relação a questão: “E as pressões populares em São Paulo trouxeram alguma melhoria para a sua vida?”, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que as pressões populares em São Paulo não provocaram

nenhuma alteração nas suas vidas, em seu cotidiano. Abaixo as respostas conferidas à questão:

Entrevistada A: Não, mudou nada. Eu não ando de ônibus, então.
Entrevistada B: Não.
Entrevistada C: Não.
Entrevistada D: Não.
Entrevistada E: Não. Para mudar tinha que ser aqui né, mas aqui a gente fica meio marcado né.

Assim, observamos que ainda temos uma vinculação dos movimentos sociais à atenção das necessidades, ou seja, os movimentos são compreendidos como positivos somente se trazem benefícios diretos às pessoas. Dessa maneira, muitos movimentos acabam se desarticulando porque buscam apenas satisfações emergenciais, pontuais e perdem a articulação da sociedade como um todo e sua continuidade. Sempre que a origem dos protestos é atendida, os movimentos são desarticulados. E mais, esses movimentos não envolvem a um número grande de pessoas e os residentes no interior acabam assistindo essas manifestações pela janela da mídia.

As entrevistadas também poderiam expor informações complementares, caso desejassem, mas nenhuma delas manifestou essa vontade.

De tal forma, a análise geral da pesquisa nos permite identificar que a exclusão não se restringe a dificuldade de acesso à renda, à alimentação, aos serviços sociais de Saúde, Educação e Assistência Social, mas incorpora também a subjetividade das mulheres entrevistadas, vedando-se qualquer expressão de participação popular por parte das mesmas. Observamos ainda que há muitas situações de exclusão são comuns entre as mulheres, mas que isso não é o suficiente para uni-las enquanto grupo que luta junto. Talvez ainda falte o estímulo do Bolsa Família em prol da emancipação das famílias beneficiárias, no sentido de ampliar espaços de participação e trocas coletivas entre as beneficiárias.

Assim, o diagnóstico sobre os movimentos populares é negativo, já que conforme vimos, as mulheres têm consciência da importância de tais movimentos, mas não conseguem participar dos mesmos ou então se integrar a outras instâncias que possam expressar e lutar por suas necessidades. Em tese, acabam ficando absortas na atenção das necessidades emergentes de sua família e acabam não tendo

tempo e condições mínimas para se organizarem politicamente. Assim, não temos ainda, no âmbito dos movimentos sociais, o protagonismo dos segmentos excluídos socialmente nas formas de expressão política.

Considerações Finais

Essa pesquisa nos permitiu perceber vários aspectos sobre a exclusão social. No sentido em pauta, as entrevistas nos indicaram um quadro fortemente crítico nesse sentido, ou seja, a baixa renda influencia no acesso à moradia, a alimentação e aos serviços sociais básicos. Os benefícios continuados como o BPC, o Bolsa Família, Renda Cidadã, não se mostram suficientes para de fato operacionalizar melhoras significativas na vida de seus beneficiários os quais permanecem recorrendo a tais benefícios para sobreviver e atender demandas emergentes. Assim, os benefícios em pauta não tem conseguido estimular o protagonismo e acabam sendo convertidos em meros complementares da renda familiar.

Além disso, observamos que os sujeitos entrevistados, em sua maioria, declaram possuir entendimento sobre a relevância dos movimentos sociais, no entanto, nenhum deles faz parte ou integra qualquer órgão ou congênere em que a participação popular seja estimulada. De tal forma, vemos que os Municípios pequenos pouco ou nada tem feito para estimular a participação popular, e, dessa maneira fica difícil que a população seja, de fato, participativa. Dessa maneira, os hábitos de atenção das necessidades emergenciais acabam povoando o imaginário e orientando as condutas de uma parcela da população que permanece também excluída dos espaços decisórios de nosso país.

Apesar do prognóstico negativo, com base na pesquisa, podemos ainda entender que há presente, na fala das mulheres, o entendimento da importância dos movimentos sociais. Ou seja, temos que compreender e olhar para tal situação como algo que pode e será mudando, sendo assim, de fato, fortalecido o protagonismo dos segmentos excluídos de nossa sociedade.

Referencias Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEM, A. S. do. **A Centralidade dos Movimentos Sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n.97, set./dez. 2006.

CARNEIRO, Paula Kallyne de Oliveira Soares. **A Aproximação Entre os Movimentos Sociais e o Serviço Social Brasileiro**. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br>. Acesso: 17 jan. 2017.

COHN, A. **Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 8, n. 1, 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000100002>. Acesso: 17 jan. 2017.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013**. Novos estud. - CEBRAP [online] 2013, n.97, pp.43_55. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002013000300004&script=sci_arttext&tlng=p. Acesso: 17 jan. 2017.

FIALHO, Josiane M. **Breves Considerações Sobre os Movimentos Sociais No Brasil**, Revista de Geografia, Londrina, 2000. Disponível em: www.ceul.ufms.br/revista-geo/joziane.doc. Acesso: 17 jan. 2017.

GONH, Maria da Gloria. **Movimentos sociais, no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, Edição 6ª, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

_____. **Os Sem Terra, Ongs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**, Edição 3ª, São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. **História dos Movimentos sociais e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, Edição 3ª, São Paulo: Editora Loyola, 2003.

_____. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**, Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPED, Revista Brasileira de Educação, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso: 17 jan. 2017.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Edição 3ª, São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Quais são os Programas Remanescentes**.

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/programas-remanescentes>. Acesso: 17 jan. 2017.

_____. <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/dezembro/te-reza-campello-apresenta-avancos-do-bolsa-familia-em-sao-paulo>. Acesso: 17 jan. 2017.

_____. **Benefícios** <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso: 17 jan. 2017.

MIRANDA, C.M.; CASTILHO, N.A.N. **Movimentos Sociais e a Participação Popular**: luta pela conquista dos Direitos Sociais. Revista da Católica, Uberlândia, v.1, 2009.

PAOLI, M.C. **Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público**: Perspectivas Brasileiras para os Anos 90. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº. 33, Outubro, 1991.

PORTAL DA TRANSPARENCIA. **O programa bolsa família**.

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf>. Acesso: 17 jan. 2017.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Seminário População, Pobreza e Desigualdade Social. 2007. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf. Acesso: 17 jan. 2017.